



Lei nº 616, de 07 de dezembro de 2012.

Institui a "Ficha Limpa Municipal" na nomeação de Secretários, Diretores e cargos comissionados para a Administração Direta (Prefeitura e Câmara Municipal) e na Administração Indireta (Autarquias, Empresas Públicas e Economia Mista e Fundações Públicas) na forma que indica, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE DONA INÊS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica impedido de ocupar cargos comissionados nos poderes, executivos e Legislativos, bem, como, em quaisquer Instituições Subvencionadas pelo Município:

I - Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgãos judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

- a) - Contra a economia popular, a fé pública a administração pública e o patrimônio Público;
- b) - Contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na Lei que regula a falência;
- c) - Contra o meio ambiente e saúde pública;
- d) - Eleitorais, para os quais a Lei comine pena privativa de liberdade;
- e) - De abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação a perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;
- f) - De lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
- g) - De tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
- h) - De redução à condição análoga a de escravo;
- i) - Contra a vida e dignidade sexual;
- j) - Praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

II - Os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade Administrativa, e por decisão irrecurável do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo poder judiciário, para os 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão;

III - Os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para as que se nos realizarem 8 (oito) anos seguintes;

IV - Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgãos colegiado da justiça eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes, públicos pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da decisão;



V - Os que eram detentores de mandatos e que renunciarem desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município, para o 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato;

VI - Os que forem condenados a suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgãos judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito desde a condenação ou trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos, salva se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo poder judiciário;

VII - Os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão transitória do órgão a profissional competente, em decisão decorrente de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo poder judiciário;

VIII - Os que foram demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos contando da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo poder judiciário;

IX - A pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da justiça eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão;

Art. 2º - Caberá ao poder Executivo municipal e ao poder Legislativo, de forma individualizada, a fiscalização de seus atos em obediência ao disposto no parágrafo anterior, com a possibilidade de requerer aos órgãos competentes informações e documentos que entenderem necessários para o cumprimento de disposições;

Art. 3º - O nomeado ou designado para cargo em comissão ou função gratificada, obrigatoriamente antes da investidura, terá ciência das restrições aqui previstas, devendo declarar, por escrito, sobre as penas da Lei, não se encontrar inserido nas vedações do parágrafo primeiro.

Art. 4º - As autoridades competentes, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação da Lei, promoverão a exoneração dos ocupantes de cargos de provimento em comissão ou função gratificada que se enquadrem nas situações previstas no parágrafo primeiro, sobre pena de responsabilidade.

Art. 5º - As denúncias de descumprimento da presente Lei poderão ser formuladas por qualquer pessoa, por escrito ou verbalmente, caso em que deverão ser reduzidas a termo, sendo vedado, todavia, o anonimato. A autoridade que não tomar as providências cabíveis, ou, de qualquer forma, frustrar a aplicação das disposições da presente Lei. Responderá pelo ato na forma da legislação Municipal.

Art. 6º - A apuração administrativa a que se refere o parágrafo quinto não excluirá a atuação do Ministério público das autoridades policiais e demais legitimados para o questionamento do ato respectivo.

Prefeitura Município de Dona Inês/PB, 07 de dezembro de 2012.


ANTONIO JUSTINO DE ARAÚJO NETO
PREFEITO